



A LUTA DAS MULHERES, PESSOAS NEGRAS E DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ NA ERA VARGAS

Fernanda Barreto de Moraes Pinheiro Rêgo¹

José Felipe Arruda da Silva²

Universidade Católica de Pernambuco

fernandabarreto.rego@gmail.com

josefelipearruda2018@gmail.com

RESUMO: Este artigo foi desenvolvido com a finalidade de demonstrar uma aula sobre “Era Vargas” com o recorte de Raça e Gênero, cujo recorte, trata-se do projeto de intervenção dos autores deste para o PIBID (Programa de Iniciação à Docência) através da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). A aula foi apresentada para alunos do ensino médio de uma escola estadual na cidade do Recife, em Pernambuco, sob a supervisão da professora Vaneska Lima³, e com a orientação do Prof. Dr. Helder Remígio.⁴ O objeto do estudo foi dialogar e refletir com os alunos e alunas da escola, na perspectiva da luta dos movimentos sociais organizados, em detrimento dos sujeitos já postos pela disciplina de História, contada na visão colonial, do poder do homem (cis),

¹Graduanda no 6º período em Licenciatura Plena em História pela UNICAP, Universidade Católica de Pernambuco; Bolsista CAPES pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) com a coordenação do Prof. Dr. Helder Remígio; Voluntária pelo programa institucional de iniciação científica (PIBIC) da Fundação Joaquim Nabuco (IC-FUNDAJ) com a orientação do Prof. Dr. Alexandre Zarias.

²Graduando no 6º período em Licenciatura Plena em História pela UNICAP, Universidade Católica de Pernambuco; Bolsista CAPES pelo Programa Institucional de Bolsas de iniciação à Docência (PIBID) com a coordenação do Prof. Dr. Helder Remígio.

³Licenciada em História pela UNICAP, especialista em Educação em Direitos Humanos pela UFPE e Mestranda em Ensino de História pela UFPE. professora de História na E.R.E.M Ginásio Pernambucano Aurora

⁴Professor, Doutor do curso de História e PPGH da Universidade Católica de Pernambuco, e professor e coordenador do programa de iniciação à docência – PIBID.

branco, hétero, cristão e conservador. Trouxemos então, a perspectiva dos sujeitos de transformação que foram oprimidos, negligenciados, subalternizados e invisibilizados, e que atuaram na História do Brasil na luta pela sua existência e seus direitos, resistindo ao governo autoritário de Getúlio Vargas, sejam as mulheres (cis) brancas feministas organizadas, que tiveram o privilégio da luta e reivindicavam o direito à igualdade, os povos pretos que além da igualdade de direitos, lutavam se posicionando e reivindicando pautas antirracistas, e também, mesmo que invisibilizados, violentados e marginalizados, a comunidade LGBTQIAPN+.

Palavras chaves: Democracia;Antirracismo;Diversidade

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, a Era Vargas é retratada nas escolas e universidades pela historiografia com o protagonismo dos mesmos sujeitos, aqueles que detinham o poder, homens brancos (cis), heteronormativo, colonialistas e judaico-cristãos, como também, os sujeitos que tiveram muita importância na luta pela democracia e direitos. Porém, não são colocados para conhecimento, os grupos marginalizados e invisibilizados que se organizaram e tiveram o protagonismo em suas lutas, sejam as mulheres brancas (cis) que tiveram o privilégio de se organizarem em movimento feminista e reivindicar seus direitos pela igualdade de gênero e liberdade, a população preta por igualdade e pela luta antirracista, como também a comunidade LGBTQIAPN+ que mesmo invisibilizada, marginalizada e torturada, resistiram a várias violências para existir dentro de um contexto extremamente LGBTfóbico.

Nossa metodologia, além da pesquisa desses atores que sempre estiveram na luta por uma verdadeira democracia, foi apresentar a aula em slides, dividido da seguinte forma: o primeiro slide com as fases da Era Vargas, o segundo destacando o que o governo ditador de Getúlio Vargas defendia, o terceiro com as famosas lutas e revoltas apresentadas em livros de história que foram contra o governo, e a partir do quarto slide adentramos na perspectiva do recorte de raça e gênero, dos movimentos organizados, sendo o primeiro (quarto slide) com a luta feminista. No quinto e sexto slide, a luta do povo preto e o fortalecimento dos seus pares, e por último, mas não menos importante, a comunidade LGBTQIAPN+. Os slides seguiram com atividades de avaliação da aula, no qual, apresentamos um quiz com as seguintes perguntas: “Alguém lembra o que era o plano Cohen?”, “Para qual conflito o Brasil enviou tropas durante a Era Vargas?”, “Alguém pode falar um pouco sobre o movimento M.M.D.C?” e “Quais foram as resistências Negras durante a Era Vargas?”. E finalmente, finalizamos a aula com a

apresentação de um samba de nome “O Bonde de São Januário”⁵ a fim de compreender o trabalhismo, ideologia política de disciplina, que se destaca pelos direitos conquistados dos trabalhadores, mas com a premissa do não contestamento, de não se organizarem e de não protestarem com greves e afins. E também a compreensão da marginalização da “vadiagem” cuja a ideologia era o controle e o punitivismo da e para a população preta , o que fica muito bem demonstrado a partir da censura do Governo Vargas, conforme demonstrado aqui no samba em questão:

- Letra original:

“(...) O bonde São Januário
Leva mais um sócio otário,
Só eu não vou trabalhar (...)”
(BATISTA, W. 1940)

- Alterada pela censura do governo Vargas:

“(...) O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar (...)”

2. A ERA VARGAS NA DISCIPLINA DE HISTÓRIA

No primeiro slide, apresentamos a Era Vargas de acordo com a História tradicional, com os períodos que a construíram. O Governo Provisório que compreendeu o período de 1930 a 1934, com seus principais marcos, como a destituição de Washington Luís, cujo governo durou de 1926 até 1930, quando foi deposto por um golpe de Estado; o impedimento da posse de Júlio Prestes que foi eleito, mas os governantes da oposição, líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o intuito de apoiar a Candidatura de Getúlio Vargas, organizaram uma aliança política, a Aliança Liberal, para concretizar o impedimento de Júlio Prestes ao governo, que então se exilou; o fechamento do Congresso, da Assembléia Legislativa e Estaduais, obtendo uma centralização do poder; o código eleitoral que foi criado pela primeira vez no Brasil através da luta dos defensores da modernização eleitoral para fortalecer a democracia, dando transparência às eleições, reduzindo fraudes como o voto de cabresto, por exemplo; e a constituição de 1934 que tinha o viés liberal e progressista, e se caracterizou pelas leis trabalhistas, direitos nacionais e democráticos e viabilizou a popularidade de Vargas, trazendo algumas inovações como o voto secreto, o voto

⁵O Bonde de São Januário. Wilson Baptista e Ataulfo Alves. RCA, 1940. Intérprete: Cyro Monteiro. Disponível em: <https://youtu.be/vsiS3sFfgTw?si=_JURpMg-Yw6QGNIj> Acesso: 20/10/2023.

feminino, a Legislação trabalhista (previdência social, jornada de trabalho de 8 horas diárias, salário mínimo, férias, etc); a autonomia dos sindicatos, que na prática não tinha autonomia, uma vez que havia um cooperativismo e cooptação de sindicatos e suas lideranças; medidas nacionalistas defendendo as riquezas naturais do país, e a criação da Justiça Eleitoral.

Percorremos para a segunda fase da Era Vargas, com o Governo Constitucional no período de 1934 a 1937 com a criação da AIB (Ação Integralista Brasileira) composta por um grupo de extrema-direita com valores nacionalistas, tinha como lema “Deus, Pátria e Família”, e era inspirado em ideias fascistas e antisemita, eram contrários a ideias liberais e socialistas, e defendia um Estado forte e centralizado; a Lei de Segurança Nacional (Lei no. 38/1935) que foi promulgada em 1935 após a chamada Revolta Comunista deste mesmo ano, que trata-se de um levante militar antigoverno liderado por Luís Carlos Prestes organizado na Aliança Nacional Libertadora (que vamos falar em outro momento), esta lei autorizava a transferência de crimes contra a ordem política e social como crimes de ameaça à segurança do Estado com uma legislação especial, possibilitando uma repressão mais forte e violenta aos opositores do Estado; a dessiminação de uma suposta tentativa de tomada de poder por parte dos comunistas em 1937, o Plano Cohen, que foi denunciado por Vargas em rádio e utilizado como justificativa para o golpe de Estado, no qual se instalou a ditadura do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937. Anos depois, comprovou-se a falsidade do plano e que sua real intenção era de Getúlio Vargas instalar uma ditadura no Brasil.

Apresentamos o Estado Novo, o período ditatorial, que percorreu os anos de 1937 até 1945, e agiu com a redução das liberdades civis, censura e intensa propaganda política; a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) que foi responsável por difundir a ideologia do regime por intermédio da propaganda política, além da censura. Foi neste período que o Governo investiu maciçamente no rádio, com o programa Hora do Brasil, criado em 1934, antes com o nome de Programa Nacional, e em 1938 até os dias de hoje passou a ser chamado de Hora do Brasil, e tornou-se obrigatório para todas as rádios das 19 às 20h; fechamento do Congresso, das Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais; fechamento e ilegalidade de todos partidos políticos; e a participação na segunda Guerra Mundial; e por fim, a Era Vargas foi marcada pela conjuntura política na qual, o governo de Vargas trazia a contradição de lutar pela democracia na guerra, havendo uma ditadura no Brasil, daí, os militares levaram Vargas a renunciar, finalizando assim, em 1945, a Era Vargas, porém, com uma

promessa de retorno ao Queremismo, que foi o movimento político formado pela classe trabalhadora em defesa dos direitos trabalhistas conquistados na década de 1940 e também pelos comunistas, como Luiz Carlos Prestes - que naquele ano recebeu a anistia. O movimento tinha o objetivo de defender a permanência de Getúlio Vargas na presidência e utilizava o slogan “Nós Queremos Getúlio”, para os comunistas havia uma compreensão que seria melhor Getúlio ter os militares no poder.

Num próximo slide, fizemos um apanhado destacando o que defendia o Governo ditador de Vargas, são eles: o de enquadrar, limitar e controlar as ações autônoma do movimento dos trabalhadores com a criação da CLT; Centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa com a criação do DIP; a censura do teatro, cinema, funções recreativas e esportivas, a radiodifusão, da literatura e da imprensa; torturas, prisões ilegais e execuções, como rotina do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) contra movimentos políticos e militantes com tendências socialista ou comunista, além coibir à “vadiagem”, à prática da capoeira e a manifestações religiosas afro-brasileiras; promover e organizar manifestações cívicas ou exposições demonstrativas das atividades do Governo; fomentar a inserção de imigrantes estrangeiros de origem europeia no Brasil com o intuito de branquear as futuras gerações através do cruzamento inter-racial para a valorização da raça branca; os bons costumes e a defesa da família heteronormativa

Seguimos a aula trazendo as famosas e importantíssimas revoltas e lutas de movimentos de oposição ao Governo que são lembradas na historicidade, como o protesto que reivindicava a volta da democracia com uma nova constituição, e culminou na morte de 4 jovens estudantes, nascendo assim, o Movimento M.M.D.C, cuja sigla foi em homenagem a esses estudantes, Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. O M.M.D.C, liderado por militantes do estado de São Paulo contra o autoritarismo de Getúlio Vargas, foi protagonista da Revolução Constitucionalista de 1932, a luta durou quatro meses, e mesmo derrotados, conseguiram que em 1933 fosse realizada a Assembleia Nacional Constituinte, elaborando então a Constituição de 1934.

Uma outra luta foi a do grupo de militares de orientação comunista liderado por Luís Carlos Prestes, a Aliança Libertadora Nacional, com uma frente antifascista, buscava a retomada do poder do país de forma revolucionária e entre outras pautas, defendia as liberdades civis e a igualdade racial, o grupo ficou conhecido de forma pejorativa pelos fascistas de “Intentona Comunista,” por ter fracassado em seu levante em 1935.

3. A ERA VARGAS COM RECORTE DE RAÇA E GÊNERO

A partir daqui, iniciamos o recorte de raça e gênero que é fio condutor do nosso projeto de intervenção, então, trouxemos os revolucionários e revolucionárias organizados que lutaram pelos seus direitos e existência, e que não são lembrados pela historiografia.

3.1 O Movimento Feminista

Apresentamos a luta feminista, que na época, era composta por mulheres brancas (cis), que numa sociedade colonialista com fortes raízes escravocata e racista, não incluía as mulheres pretas, nem muito menos, as mulheres trans. Conversamos sobre o Movimento Sufragista, o qual já atuava de forma mundial, e que tinha recém chegado no Brasil, e reivindicavam pela participação das mulheres na política, o direito de votar e de serem votadas, assim, em 1932, conquistaram o direito ao voto, restrito apenas às alfabetizadas (excluindo as mulheres pobres, sobretudo as mulheres pretas) e maiores de 21 anos. Em 1932, conquistaram o direito a concorrer à carreira política, o de serem votadas, e que apesar de ser um movimento composto exclusivamente de mulheres brancas, de classe média, tivemos uma conquista que rompeu as barreiras racial, de gênero e classe, com a eleição de Antonieta de Barros, primeira mulher negra no Brasil como Deputada pelo estado de Santa Catarina, que tinha como base política as pautas da educação, a qual acreditava que seria a melhor forma de emancipar pessoas e transformar a sociedade, e é de sua autoria o Dia do Professor, que vinte anos depois, em outubro de 1963, o então presidente João Goulart tornou esse dia Lei nacional. Bertha Luz, dirigente do Movimento Sufragista no Brasil também teve atuação como parlamentar que foi marcada por propostas de mudanças na legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, visando além de igualdade salarial, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho. Uma outra frente que se forjou a partir do Movimento Sufragista, foi a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que lutava pelo acesso das mulheres à educação e ao mercado de trabalho, direito a creche para mulheres que trabalhavam deixarem seus filhos e filhas em segurança; e assistência ao menor. Lutas essas que precisamos pautar até os dias de hoje.

3.2 O Movimento Negro

Um outro movimento se organizou paralelamente, o primeiro Movimento Negro

no Brasil, cujo nome é Frente Negra Brasileira, que deu início no ano de 1930 e perdurou até o ano de 1937, com ideologias de direita e apoio ao governo Getúlio Vargas, mas que militou contra o racismo, por melhorias nas condições de vida da população preta, e lutava por uma segunda abolição em um momento em que já existia o mito da democracia racial - projeto racista de embranquecer a população preta. O movimento se estruturava como uma associação, na qual, os associados deveriam ser pretos e pagavam uma taxa mensal de filiação, podendo usufruir dos serviços prestados pela Frente, como bailes, festas, aula de música, atendimento médico e palestras sobre questões raciais e políticas. Além disso, ofereciam cursos de alfabetização para adultos, e uma escola primária para crianças. Promoviam eventos literários, grupos de teatro, eventos esportivos e piqueniques. A Frente Negra Brasileira foi dissolvida em 1937 pelo então presidente (e ditador) Getúlio Vargas, Alguns militantes que foram forjados na Frente Negra mas que eram opositores do governo de Vargas,, constituíram a Legião Negra, e esses pegaram em armas para combater as tropas de Getúlio na Revolução Constitucionalista.

Um outro meio de organização política forjada pela Frente Negra Brasileira, foi o jornal a “Voz da Raça”, que tinha a premissa de falar aos seus pares, com anúncios de ofertas de serviços na advocacia, dentista, cursos, oficinas de costura, entre outros. Também noticiavam festas e encontros culturais, além de artigos com temas importantes para a população preta, como a instrução e educação para combater o analfabetismo, elevar a auto-estima, para combater o desemprego, a valorização da mão de obra das pessoas pretas, e a exaltação de personalidades pretas, como poetas, artistas, escritores, engenheiros entre outros atores que tinham destaque.

E finalizamos a luta extensa e necessária do povo preto organizado, com o Teatro Experimental Negro, que surge em 1944 através do economista, ator e intelectual Abdias de Nascimento e com o apoio de outros intelectuais brasileiros. Sua proposta era de valorizar socialmente a cultura, identidade e dignidade dos afrodescendentes por meio da educação, cultura e da arte, para que este grupo fosse protagonista das histórias, e não sempre colocados em lugares de subalternidade, lugar esses que até hoje, muitas vezes são representados, seja na televisão, cinema ou teatro, como o da empregada doméstica, o porteiro, entre outros. Dialogamos que não devemos desmerecer as profissões dessas pessoas, e sim, olhar mais para a estrutura que continua limitando as pessoas pretas, sobretudo pobres. O Teatro Experimental Negro também tinha um trabalho alternativo de educação como programas de alfabetização à população preta,

no qual, na iniciação das aulas eram utilizadas as peças teatrais como principal material pedagógico.

3.3 A comunidade LGBTQIAPN+

E por fim, trouxe a comunidade LGBTQIAPN+, que durante o governo de Getúlio que tinha ideologia facista, negava os direitos desta comunidade de existir. A homossexualidade não era tipificada como crime, mas era vista como doença e atentado ao pudor, o que levavam-nas a privação de liberdade, tanto em presídios como em hospitais psiquiátricos, com a justificava de “tratar” essas pessoas, a famosa “cura gay” que deu início nos anos de 1930 até 1940, quando a Organização Mundial da Saúde retirou da sua lista internacional das patologias. Os “tratamentos” incluíam transplante de testículos de macacos, eletrochoque e até romances heterossexuais para despertar o desejo hétero na comunidade LGBTQIAPN+. Como toda forma de se conseguir garantias e direitos vem através da luta e da resistência contra aquele que oprime, a comunidade LGBTQIAPN+ teve na história mundial e nacional seus marcos iniciais de revoltas e formas de protestar para a conquista de direitos básicos, como a liberdade de existir, mas isso, no Brasil, só ganhou corpo com o fim da Era Vargas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Aprendemos juntos, nós pibidianos, os alunos e as alunas da turma, com reflexão e diálogo sobre o respeito à diversidade e que, como sociedade que luta para uma democracia sólida, que sejamos agentes também de transformação através de uma escuta ativa e empática, podendo assim compreendermos a urgência em nos posicionar em todos os nossos espaços comunitários, sejam eles, familiares, escolar e universitário, para não permitimos que essas práticas de apagamento, racismo, machismo, misoginia e LGBTfobia sejam toleradas, sobretudo num país como o Brasil, em que o facismo constantemente ameaça a nossa democracia e colocam os direitos desses grupos em questão frequentemente em risco. Num país em que o índice de violência doméstica e feminicídio, só cresce, que a maioria dos corpos privados de liberdade são os do povo preto, que também tem suas vidas ceifadas pelo militarismo da polícia com o genocídio nas favelas e periferias, que práticas racistas são ditas em voz ecoada em campo de futebol por exemplo, sem que haja de fato, uma punição ao agressor, numa sociedade que reproduz o racismo em todas as suas estruturas, e que também é extremamente conservadora, expulsa seus filhos, filhas e filhas de casa por serem dissidentes de gênero

ou de orientação sexual que não a hétero deixando-os à margem do julgamento e violência das ruas, sobretudo contra as mulheres trans, reforçando a misógina para com esses corpos. E entre outras muitas violências como a da “cura gay”, até hoje praticada por líderes religiosos, o que normalmente resulta com o sucídio dessas pessoas, pois não existe cura para o que não é doença, o que leva, muitas vezes, esses sujeitos a mais drástica ação, do ponto de vista de não existir dentro de um mundo que não o aceita. Reforçamos a presença do facismo, e forças políticas de extrema-direita que está entranhado na nossa sociedade, e todas as violências que nele habita e legitima atos discriminatórios, para manter seus privilégios de poder, excluindo assim, os grupos que estiveram lutando sempre para uma verdadeira democracia, que só existirá, a partir do direito a dignidade de vida, da existência, e da igualdade de todos os povos.

5. REFERÊNCIAS:

BENTO, C.. **O Pacto da Branquitude**. 1a edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2009.

Bertha Luz. Senado Notícias. Outubro, 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>>

CARINE, B. **Como ser um educador antirracista?**. 2a edição. São Paulo. Editora Planeta do Brasil, 2023.

Dia internacional da Mulher: conheça o fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Gov.com.br, Março, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias/dia-internacional-da-mulher-conheca-o-fundo-federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>

DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. *Diálogos Latinos Americanos*, 10, p. (115 à 131), Janeiro, 2005. Disponível em:<<https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653>>

DOMINGUES, Petrônio **Um "templo de luz": Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação**. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 39, p. (517 à 593). set./dez.2008.Disponível:<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/hqBHpKJH NtbrVMgJb3Fpv9M/?format=p_df&lang=pt>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 74a edição. Editora Paz & Terra, 2019.

GALLI, R. A., VIEIRA, E. M., GIAMI, A., SANTOS, M. A. dos. **Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e**

cirurgia de redesignação sexual. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 29, n. 4, p. 447–457, out. 2013.

Gênero e Educação. Pelo Direito à Igualdade de gênero na escolas: Juntas somos mais fortes. Acesso em: 06/03/2024. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2016/09/folder_direito_igualdadegeneroescola_semmarcas.pdf.

GOMES, Lino N. **O Movimento Negro Educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação**. 7a edição. Petrópolis-RJ. Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro Latino Americano**. 1a edição. Rio de Janeiro. Editora ZAHAR, 2020.

HIGA, Carlos César. "Plano Cohen"; Brasil Escola. Disponível em: ><https://brasilecola.uol.com.br/historiab/plano-cohen.htm>< Acesso em 22 de outubro de 2023.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade**. 2a edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes Ltda. 2017.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

LIMA, Rodrigo. “Terra de ninguém ou a terra de todo mundo?” A Opoterapia como recomendação para o tratamento de homossexuais detidos no laboratório de antropologia criminal do Rio de Janeiro (1931-1951). Arca - Repositório Institucional da Fiocruz. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/24012/dissertao_Rodrigo_Lima.pdf?sequ_ence=2&isAllowed=y>

MACHADO, Leonardo. Frente Negra: a história do movimento que apoiava o integralismo e foi pioneiro do ativismo negro no país. Terra. Junho, 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/frente-negra-a-historia-do-movimento-que-apoiava-o-integralismo-e-foi-pioneiro-do-ativismo-negro-no-pais,e1a1b454b8de2d233b192ec0d6e68ed3dvssed1h.html?utm_source=clipboard>

NASCIMENTO. B. **Uma História feita por mãos negras**. 1a edição. Rio de Janeiro. Editora: Zahar. 2021.

PANDOLFI, Dulce. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolução Comunista de 1935. Web BNDS. Disponível em : <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11976/2/Dulce%20Chaves%20Pandolfi%20->

[%20A%20Alian%C3%A7a%20Nacional%20Libertadora%20e%20a%20Revolta%20Com%20unista%20de%201935%20P.pdf>](#)

PASSOS, Araújo M. **Pedagogia das Travestilidades**. 1ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2022. ODARA, T. **Pedagogia da Desobediência: Travestilizando a Educação**. 1ª edição. Editora Devires; 1ª edição, 2022

POPADIUK, G. S.; OLIVEIRA, D. C.; SIGNORELLI, M. C.. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 5, p. 1509–1520, maio 2017.

Primeiro Código Eleitoral brasileiro foi instituído há 84 anos; voto feminino também é lembrado. Tribunal Superior Eleitoral, 2016. Disponível em: <<https://www.treba.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Fevereiro/justica-eleitoral-completa-84-anos-nesta-quarta-feira-24>>

PLASTINO, Luisa Plastino, BARRETO, Marina, e SARMANHO, Nara. A história da Lei de Segurança Nacional. Setembro, 2020. Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A-hist%C3%B3ria-da-Lei-de-Seguran%C3%A7a-Nacional>>

QUINALHA, R. **Contra a Moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT, coleção arquivos da repressão no Brasil**. 1ª edição. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2021.

RODRIGUES, Jessyka, NASCIMENTO, Elaine. Escola: travestilidades negras expulsas do “paraíso” . X Jornada Internacional Políticas Públicas. Trabalho alienado, destruição da natureza, e crise de hegemonia: Consciência de Classes e Lutas Sociais na superação da barbárie. Acesso: 05/03/2024. Disponível em: file:///C:/Users/rrego/Desktop/Fernanada/ESCOLA%20travestilidades%20negras%20expulsas%20do%20para%C3%ADso.pdf

STARLING, H; PELLEGRINO, A; ACIOLLI, S. **Independência do Brasil: as mulheres que estavam lá**. 1ª edição, Editora Bazar do Tempo, 2022

ZARIAS, A. **A ordem pública do corpo humano e suas fronteiras legislativas no Brasil**. *Sociologias*, v. 21, n. 52, p. 132–161, set. 2019.

ZARIAS, A. **Dimensões do corpo no debate legislativo brasileiro. In: II Encontro Internacional de Sociologia, Política, Direito e História Intelectual**, 2021, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Editora Sociologia, Política e Cidadania, 2020. v. 2. p. 1066-1083

